

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais do
Período de Seis Meses
Findo em 30 de Junho de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

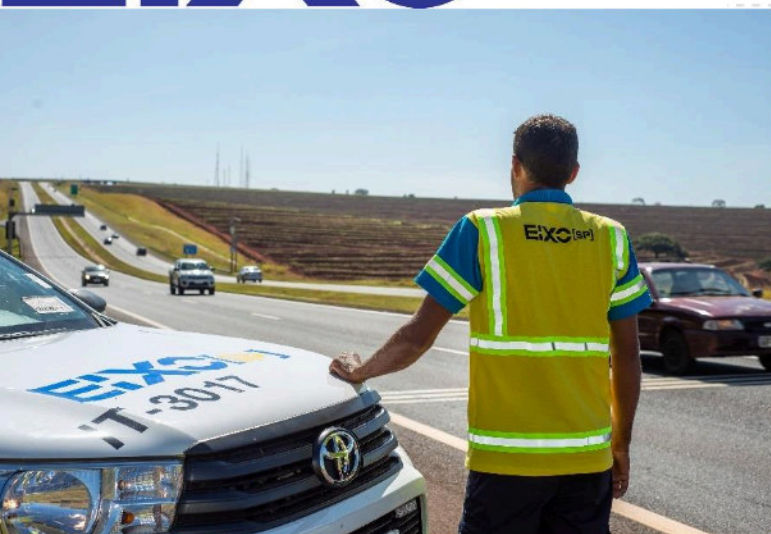
São Paulo, 12 de agosto de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Tarcisio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0



Relatório da Administração

2T25

São Carlos, 12 de agosto de 2025.

É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no primeiro semestre de 2025.

As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

CONTEXTO OPERACIONAL RELACIONADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO E CORONAVÍRUS

Compensação financeira

Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo será realizado mediante desembolso de caixa, não há impactos no resultado decorrente desta operação. Até 30 de junho de 2025, a Companhia já havia consumido o montante de R\$246.369 da importância recebida de forma antecipada, restando o saldo remanescente de R\$1.665.

Reequilíbrio Cautelar

A Companhia recebeu, de forma cautelar, no dia 03 de junho de 2024 a importância de R\$ 164.533 referente à 80% do reequilíbrio contratual referente às perdas de receita de pedágio pelos fatores da pandemia COVID e está aguardando os cálculos definitivos do desequilíbrio para correta alocação da importância recebida.

DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	(01/04/25 a 30/06/25)		(01/04/24 a 30/06/24)		▲		(01/01/25 a 30/06/25)		(01/01/24 a 30/06/24)		▲	
	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas
VEPs¹	17.442	14.335	16.680	14.231	5%	1%	34.217	27.950	33.263	27.908	3%	0%
Veículos Leves	5.703	6.953	5.310	6.795	7%	2%	11.488	13.859	11.069	13.679	4%	1%
Veículos Pesados	11.739	7.382	11.370	7.436	3%	-1%	22.729	14.091	22.194	14.229	2%	-1%
Tráfego²	8.433	9.056	7.993	8.925	6%	1%	16.824	17.946	16.354	17.857	3%	0%
Veículos Leves	5.755	7.088	5.375	6.936	7%	2%	11.594	14.136	11.216	13.990	3%	1%
Veículos Pesados	2.602	1.824	2.553	1.870	2%	-2%	5.083	3.530	5.008	3.623	2%	-3%
Veículos Isentos	76	144	64	119	19%	21%	147	280	130	244	13%	15%
Tarifa Média (R\$)	9,20	7,88	8,84	7,53	9%	5%	9,12	7,81	8,84	7,53	3%	4%

¹ VEPs - Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo.

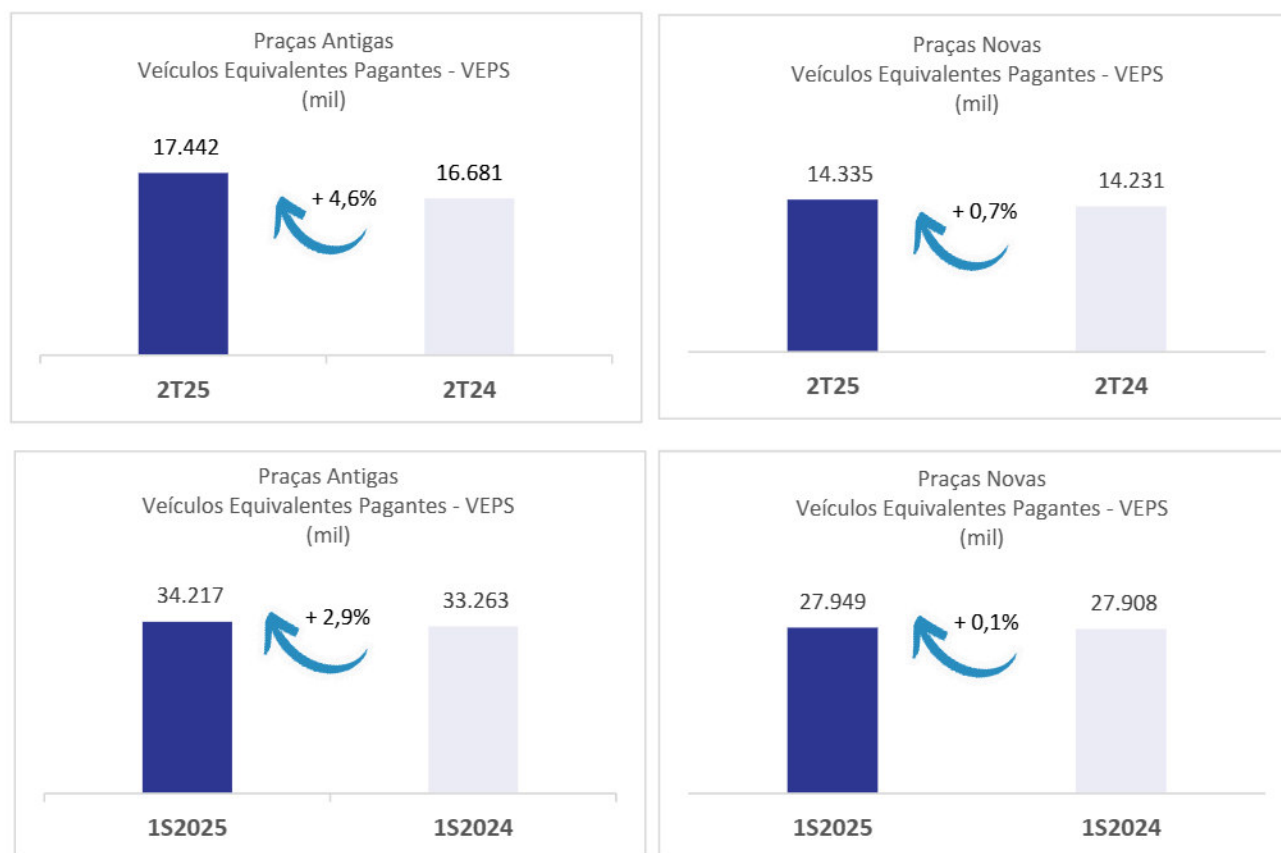
² Refere-se à quantidade de veículos pagantes que transitam pelas praças de pedágio da Companhia.

Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1, 2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no Ano (Jan-Jun/25 sobre Jan-Jun/24): Brasil	2,7%	2,5%	2,6%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 2,6% no fluxo total de veículos no primeiro semestre de 2025, comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o aumento de 2,7% em veículos leves, impactados pelos efeitos da retomada do tráfego anteriormente reduzido pelo COVID-19.



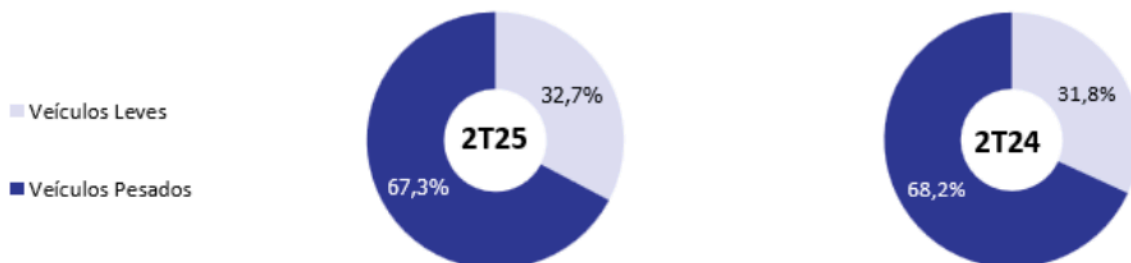
No primeiro semestre de 2025, as praças de pedágio da EIXO registraram 31,8 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 2,8% na comparação com o mesmo período de 2024.

A performance de veículos pesados no segundo trimestre de 2025, representa cerca de 60,2% do tráfego total¹ (58,2% do tráfego em 2024) e apresentaram um aumento de 1,7% no período comparativo. Em veículos leves houve um aumento de 4,5% no mesmo período comparado a 2024.

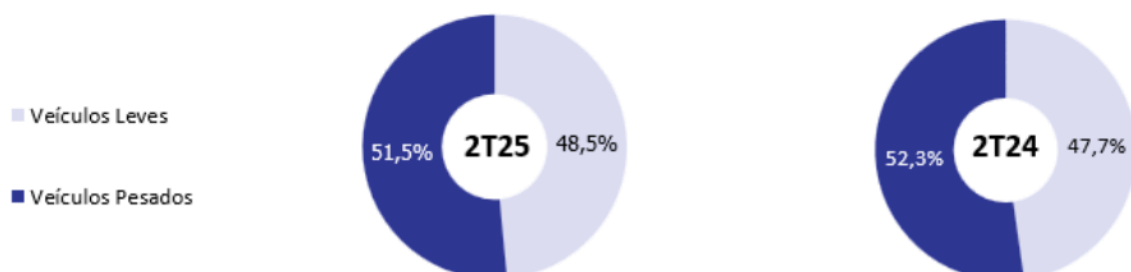
¹ Tráfego em Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs.

Os quadros acima referidos não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

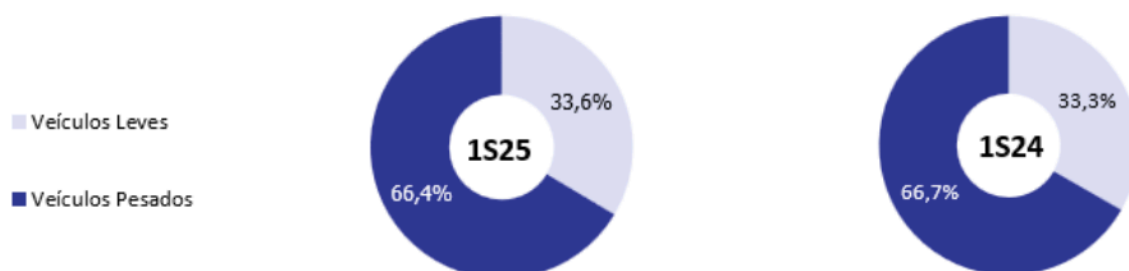
Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Antigas



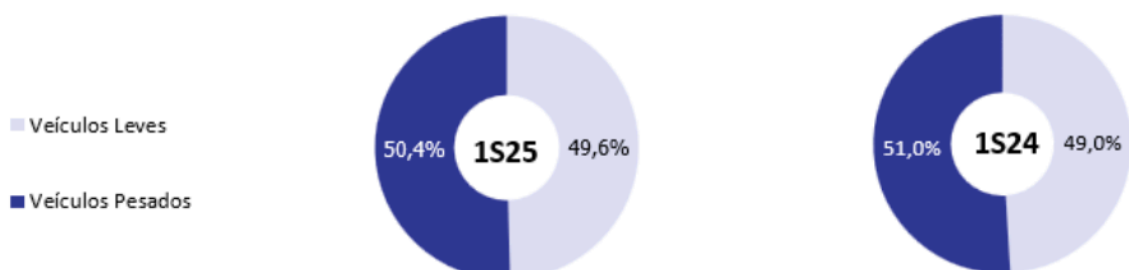
Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Novas



Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Antigas



Veículos Leves e Veículos Pesados - Praças Novas



DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Mil)	(01/04/25 a 30/06/25)	(01/04/24 a 30/06/24)	▲	(01/01/25 a 30/06/25)	(01/01/24 a 30/06/24)	▲
Receita Bruta	401.677	358.927	12%	744.390	93.115	7%
Receita com Pedágio	272.243	256.207	6%	527.628	503.883	5%
Receitas Acessórias	1.310	1.203	9%	2.317	2.485	-7%
Receita de Construção (IFRS)	128.124	101.517	26%	214.445	186.747	15%
Receita Bruta Ajustada¹	273.553	257.410	6%	529.945	506.368	5%
Deduções da Receita Bruta	(23.857)	(22.145)	8%	(46.219)	(43.561)	6%
Receita Líquida Ajustada¹	249.696	235.265	6%	483.726	462.807	5%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

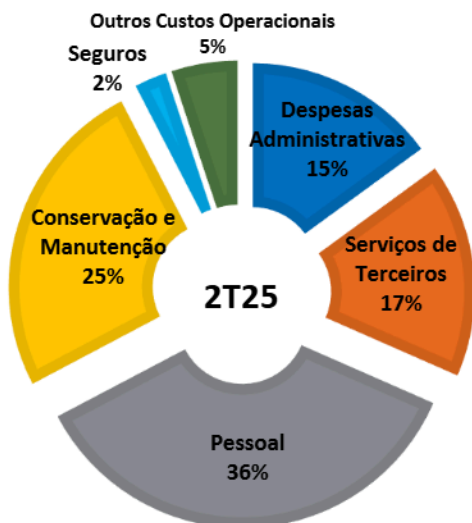
CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ Mil)	(01/04/25 a 30/06/25)	(01/04/24 a 30/06/24)	▲	(01/01/25 a 30/06/25)	(01/01/24 a 30/06/24)	▲
Pessoal	(26.779)	(23.805)	12%	(51.174)	(46.973)	9%
Conservação e Manutenção	(18.807)	(14.511)	30%	(32.910)	(30.714)	7%
Serviços de Terceiros	(12.454)	(11.671)	7%	(24.420)	(22.555)	8%
Seguros	(1.880)	(1.816)	4%	(3.664)	(3.595)	2%
Outros Custos Operacionais	(3.830)	(5.425)	-29%	(7.860)	(10.385)	-24%
Despesas Administrativas	(11.220)	(12.676)	-11%	(21.420)	(23.645)	-9%
Custos e Despesas Administráveis	(74.970)	(69.904)	7%	(141.448)	(137.867)	3%
Ônus de Fiscalização e Variável	(23.408)	(21.804)	7%	(45.378)	(42.978)	6%
Depreciação e Amortização	(50.749)	(45.113)	12%	(100.341)	(92.711)	8%
Provisão para Contingências	(7.101)	(1.320)	438%	(5.814)	(3.901)	49%
Custos e Despesas Operacionais Ajustados¹	(156.228)	(138.141)	13%	(292.981)	(277.457)	6%
Custo de Construção (IFRS)	(128.124)	(101.517)	26%	(214.445)	(186.747)	15%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(17.161)	(36.038)	-52%	(40.233)	(80.573)	-50%
Custos e Despesas Operacionais	(301.513)	(275.696)	9%	(547.659)	(544.777)	1%

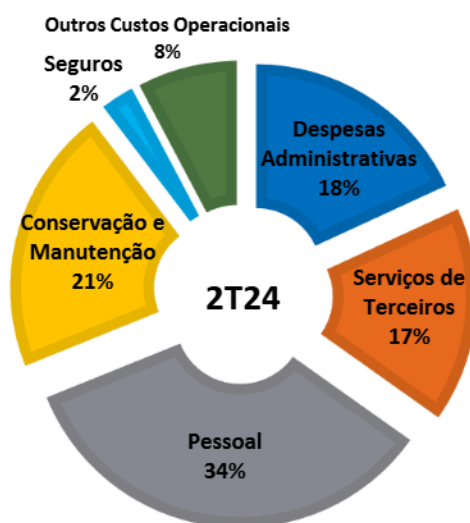
¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis

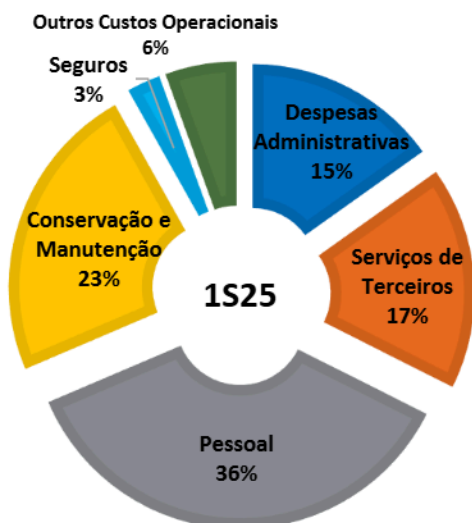
Composição dos custos e despesas no período de 01/04/2025 a 30/06/2025



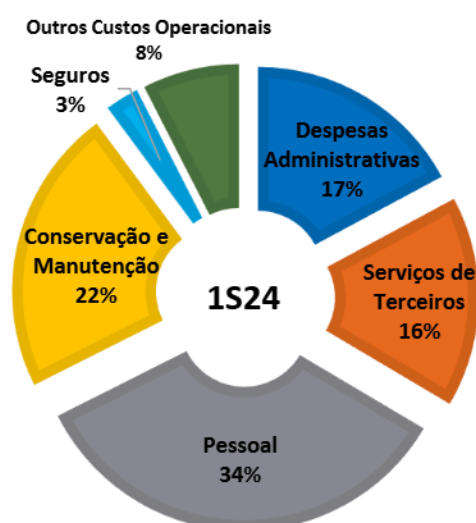
Composição dos custos e despesas no período de 01/04/2024 a 30/06/2024



Composição dos custos e despesas no período de 01/01/2025 a 30/06/2025



Composição dos custos e despesas no período de 01/01/2024 a 30/06/2024



Os Custos e Despesas Administráveis estão abaixo do *budget* da EIXO.

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	(01/04/25 a 30/06/25)	(01/04/24 a 30/06/24)	▲	(01/01/25 a 30/06/25)	(01/01/24 a 30/06/24)	▲
Lucro Líquido	9.788	3.924	149%	17.480	(3.397)	-615%
Resultado Financeiro Líquido	65.366	60.014	9%	123.106	113.355	9%
IRPJ & CSLL	840	979	-14%	9.754	(1.096)	-990%
Depreciação & Amortização	50.749	45.113	13%	100.341	92.711	8%
EBITDA RCVM 156/22	126.743	110.030	15%	250.681	201.573	24%
Margem EBITDA	33,55%	34,98%	-1,4 p.p.	35,91%	31,03%	4,9 p.p.
Receita de Construção	(128.124)	(101.517)	26%	(214.445)	(186.747)	15%
Custo de Construção	128.124	101.517	26%	214.445	186.747	15%
Provisão de Manutenção	17.161	36.038	-52%	40.233	80.573	-50%
Provisão para Contingências	7.101	1.320	438%	5.814	3.901	49%
EBITDA Ajustado¹	151.005	147.388	2%	296.729	286.047	4%
Margem EBITDA Ajustado¹	60,5%	62,6%	-2,2 p.p.	61,3%	61,8%	-0,5 p.p.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 151 milhões no segundo trimestre de 2025, um aumento de 3% em relação ao mesmo período de 2024, a Margem EBITDA Ajustada diminuiu 2,2 pontos percentuais (“p.p.”). O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (iii) provisão para contingências.



RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	(01/04/25 a 30/06/25)	(01/04/24 a 30/06/24)	▲	(01/01/25 a 30/06/25)	(01/01/24 a 30/06/24)	▲
Resultado Financeiro	(65.366)	(60.014)	9%	(123.106)	(113.355)	9%
Receitas Financeiras	11.837	13.799	-14%	24.566	29.020	-15%
Provisão para manutenção - AVP	-	49	-100%	6	290	-98%
Receita de aplicações financeiras	11.087	13.394	-17%	23.580	28.291	-17%
Outros	750	356	111%	980	439	123%
Despesas Financeiras	(77.203)	(73.813)	5%	(147.672)	(142.375)	4%
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(60.723)	(51.301)	18%	(121.094)	(107.174)	13%
Provisão para manutenção - AVP	(3.930)	(5.175)	-24%	(7.827)	(10.499)	-26%
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(295)	(295)	0%	(590)	(590)	0%
Despesas bancárias	(5.383)	(15.642)	-66%	(10.389)	(20.841)	-50%
Outros	(6.872)	(1.400)	391%	(7.772)	(3.271)	138%

Inflação e Juros	30/06/2025	30/06/2024	▲
IPCA Últimos 12 Meses	5,35%	4,23%	0,8 p.p
CDI Final do Período	14,90%	10,40%	4,5 p.p
TJLP Média Últimos 12 meses	7,74%	6,69%	1,1 p.p

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas>

<http://estatisticas.cetip.com.br>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado do Exercício (R\$ Mil)	(01/04/25 a 30/06/25)	(01/04/24 a 30/06/24)	▲	(01/01/25 a 30/06/25)	(01/01/24 a 30/06/24)	▲
Lucro (Prejuízo) do Período	9.788	3.924	149%	17.480	(3.397)	-615%



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil) ¹	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	▲
Dívida Bruta	2.301.870	2.177.365	6%
Curto Prazo	49.275	2.736	1701%
Empréstimos e Financiamentos	36.005	1.995	1705%
Debêntures	13.270	741	1691%
Longo Prazo	2.252.595	2.174.629	4%
Empréstimos e Financiamentos	1.095.063	1.086.033	1%
Debêntures	1.157.532	1.088.597	6%
Disponibilidades	281.796	593.592	-53%
Caixa e Equivalente de Caixa	227.368	549.348	-59%
Aplicações Financeiras Vinculadas	54.428	44.244	23%
Dívida Líquida Ajustada	2.020.074	1.583.773	28%

¹ A dívida é definida por empréstimos/financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação).

O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA e as Aplicações Financeiras Vinculadas são destinadas exclusivamente para a amortização deste financiamento.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ Mil)	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	▲
Investimento Total	3.653.235	3.224.828	13%
Imobilizado	77.931	78.499	-1%
Intangível	3.575.304	3.146.329	14%
Direito de Concessão (Investimento)	3.553.378	3.129.877	14%
Direito de Uso	21.926	16.452	33%

Os investimentos realizados no primeiro semestre de 2025 estão representados principalmente pela implantação de duplicações de pistas e terceiras faixas, acostamentos, bem como melhorias que visam reestabelecer as condições estruturais da rodovia como sinalização implantação de dispositivos de contenção viária, além de edificação de SAU's, área de descanso para caminhoneiros, conservação de obra de arte especial e recapeamento, equipamentos de tecnologia, entre outros.

ACOMPANHAMENTO CONTRATO DE FINANCIAMENTO - BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos “A” e “B”: até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.
- Subcrédito “C”: até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.
- Subcréditos “D” e “E”: até 22 de junho de 2029, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion do subcrédito) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R\$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R\$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020.

A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico- financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B)

A Companhia demonstra abaixo a evolução dos indicadores do contrato de financiamento, cuja próxima mensuração se dará até dezembro de 2025:

Data Apuração	30/06/2025		31/12/2024	
EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	EBITDA 12 Meses	EBITDA Acumulado	EBITDA 12 Meses	EBITDA Acumulado
Lucro Líquido	62.338	227.412	41.460	209.931
Resultado Financeiro Líquido	224.077	825.742	214.327	702.636
IRPJ & CSLL	31.136	118.302	20.287	108.549
Depreciação & Amortização	191.182	726.525	183.553	626.202
EBITDA ICVM 527	508.733	1.897.981	459.627	1.647.318
Receita de Construção (IFRS)	(450.185)	(2.644.653)	(422.487)	(2.430.208)
Custo de Construção (IFRS)	450.185	2.644.653	422.487	2.430.208
Apropriação Despesas Antecipadas	(1.441)	(3.681)	(290)	(4.347)
Demais Custos e Despesas sem Efeito Caixa ¹	(6.526)	14.979	(7.608)	23.836
Provisão de Manutenção (IFRS)	80.232	426.764	120.573	386.532
Provisão para Contingências	15.272	32.576	13.359	26.761
EBITDA Ajustado²	596.270	2.368.619	585.661	2.080.100
Ebitda ajustado (na data-base de 31/12/2020)	465.419	2.005.920	468.117	1.784.336
Capital Social Integralizado (na data-base de 31/12/2020)	162.417	1.131.621	-	969.204
Total	627.836	3.137.541	468.117	2.753.540

¹ Desconsidera os impactos da Folha de Pagamentos (provisão de férias, 13º salário, PLR, encargos) e provisão de fornecedores.

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção, à Provisão para Manutenção, aos efeitos das despesas antecipadas e dos demais custos e despesas sem efeito caixa.

SOBRE A COMPANHIA

A EIXO



A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rua Passeio das Castanheiras, 480 – Parque Faber - São Carlos/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. – IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº

01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e de acordo com as decisões tomadas em função das orientações recebidas do acionista controlador.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem – formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O contrato de concessão firmado com o governo paulista prevê investimento de R\$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R\$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R\$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R\$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R\$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (WI-FI) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

Os planos em curso visam atender ao contido no contrato de concessão e seus anexos, de acordo com o plano de investimentos e EVTE publicados no processo licitatório de Concorrência Internacional 01/2019.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com veículos operacionais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ Mil)	(01/04/25 a 30/06/25)	(01/04/24 a 30/06/24)	▲	(01/01/25 a 30/06/25)	(01/01/24 a 30/06/24)	▲
Receita Bruta	401.677	358.927	12%	744.390	693.115	7%
Receitas com Pedágio	272.243	256.207	6%	527.628	503.883	5%
Receitas Acessórias	1.310	1.203	9%	2.317	2.485	-7%
Receita de Construção (IFRS)	128.124	101.517	26%	214.445	186.747	15%
Deduções da Receita	(23.857)	(22.145)	8%	(46.219)	(43.561)	6%
Receita Líquida	377.820	336.782	12%	698.171	649.554	7%
Custos & Despesas + Outras Receitas Operacionais Líquidas	(301.826)	(271.865)	11%	(547.832)	(540.692)	1%
Pessoal	(26.779)	(23.805)	12%	(51.174)	(46.973)	9%
Conservação & Manutenção	(18.807)	(14.511)	30%	(32.910)	(30.714)	7%
Serviços de Terceiros	(12.454)	(11.671)	7%	(24.420)	(22.555)	8%
Seguros	(1.880)	(1.816)	4%	(3.664)	(3.595)	2%
Outros Custos Operacionais	(3.830)	(5.425)	-29%	(7.860)	(10.385)	-24%
Ônus de Fiscalização	(23.408)	(21.804)	7%	(45.378)	(42.978)	6%
Despesas Administrativas	(11.220)	(12.676)	-11%	(21.420)	(23.645)	-9%
Provisão para Contingências	(7.101)	(1.320)	438%	(5.814)	(3.901)	49%
Custos de Construção (IFRS)	(128.124)	(101.517)	26%	(214.445)	(186.747)	15%
Provisão para manutenção	(17.161)	(36.038)	-52%	(40.233)	(80.573)	-50%
Depreciação & Amortização	(50.749)	(45.113)	12%	(100.341)	(92.711)	8%
Outras receitas operacionais líquidas	(313)	3.831	-108%	(173)	4.085	-104%
Resultado Operacional	75.994	64.917	17%	150.339	108.862	38%
Resultado Financeiro	(65.366)	(60.014)	9%	(123.106)	(113.355)	9%
Receitas Financeiras	11.837	13.799	-14%	24.566	29.020	-15%
Provisão para manutenção - AVP	-	49	-100%	6	290	-98%
Receita de aplicações financeiras	11.087	13.394	-17%	23.580	28.291	-17%
Outros	750	356	111%	980	439	123%
Despesas Financeiras	(77.203)	(73.813)	5%	(147.672)	(142.375)	4%
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(60.723)	(51.301)	18%	(121.094)	(107.174)	13%
Provisão para manutenção - AVP	(3.930)	(5.175)	-24%	(7.827)	(10.499)	-25%
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(295)	(295)	0%	(590)	(590)	0%
Despesas bancárias	(5.383)	(487)	1005%	(10.389)	(5.686)	83%
Outros	(6.872)	(16.555)	-58%	(7.772)	(18.426)	-58%
Resultado Antes dos Impostos	10.628	4.903	117%	27.233	(4.493)	-706%
IRPJ & CSLL	(840)	(979)	-14%	(9.753)	1.096	-990%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(976)	(3.296)	-70%	(976)	(3.472)	-72%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	136	2.317	-94%	(8.777)	4.568	-292%
Lucro (Prejuízo) do Período	9.788	3.924	149%	17.480	(3.397)	-615%

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	30/06/2025	31/12/2024
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	227.368	413.015
Aplicações financeiras vinculadas	15.188	20.210
Contas a Receber	76.917	64.186
Estoques	5.509	5.261
Adiantamentos a Fornecedores	3.272	2.961
Despesas Antecipadas	3.681	4.347
Impostos a Recuperar	8.595	4.997
Outros Ativos	390	226
Partes relacionadas	1.222	1.006
Total do Circulante	342.142	516.209
Ativo Não Circulante		
Aplicações financeiras vinculadas	39.240	25.922
Impostos Diferidos	53.237	62.014
Depósitos judiciais	16.429	24.706
Imobilizado	77.931	79.145
Intangível	3.553.378	3.301.926
Direito de Uso	21.926	14.588
Total do Não Circulante	3.762.141	3.508.301
Total do Ativo	4.104.283	4.024.510

Passivo (R\$ Mil)	30/06/2025	31/12/2024
Passivo Circulante		
Fornecedores	95.105	89.292
Empréstimos e financiamentos	35.196	33.705
Debêntures	12.898	12.372
Credor pela concessão	257.428	248.479
Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	21.705	21.297
Impostos, taxas e contribuições	10.948	13.593
Adiantamento de clientes	1.386	2.418
Seguros e garantias	1.905	603
Passivo de arrendamento	6.130	5.856
Partes relacionadas	1.255	1.037
Provisão para manutenção	102.783	117.766
Outras contas a pagar	183	365
Total do Circulante	546.922	546.783
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.079.732	1.060.134
Debêntures	420.892	413.863
Debêntures - Partes Relacionadas	732.743	700.408
Passivo de arrendamento	17.347	9.366
Provisão para riscos processuais	35.521	30.462
Provisão para manutenção	73.857	83.706
Dividendos	1.994	1.994
Total do Não Circulante	2.362.086	2.299.933
Total do Passivo	2.909.008	2.846.716
Patrimônio Líquido		
Capital Social	1.177.584	969.857
Reserva Legal	211	10.497
Reserva de Lucros	17.480	197.440
Total do Patrimônio Líquido	1.195.275	1.177.794
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	4.104.283	4.024.510

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2025: (i) auditoria das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); e (ii) revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho operacional que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das informações financeiras trimestrais, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 80)

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, Artigo 27, da Instrução CVM nº 80/22, pelo presente instrumento, os diretores da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (Companhia) abaixo designados declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao segundo trimestre de 2025.

São Carlos, 12 de agosto de 2025.

Assinatura Eletrônica
14/08/2025 13:37 (BRT)



BRy
217.***-27
Sergio Ray Santillan

Sergio Ray Santillan
Diretor Presidente

Assinatura Eletrônica
14/08/2025 12:05 (BRT)



BRy
063.***-66
Gilson de Oliveira Carvalho

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo e Financeiro

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	227.368	413.015	Fornecedores	12	95.105	89.292
Aplicações financeiras vinculadas	4	15.188	20.210	Empréstimos e financiamentos	13	35.196	33.705
Contas a receber	5	76.917	64.186	Debêntures	14	12.898	12.372
Estoques	6	5.509	5.261	Credor pela concessão	15	257.428	248.479
Adiantamento a Fornecedores		3.272	2.961	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	16	21.705	21.297
Despesas Antecipadas		3.681	4.347	Impostos, taxas e contribuições	17	10.948	13.593
Impostos a recuperar		8.595	4.997	Adiantamento de clientes		1.386	2.418
Outros ativos		390	226	Seguros e garantias		1.905	603
Partes relacionadas	18	1.222	1.006	Passivo de arrendamento	19	6.130	5.856
Total do ativo circulante		<u>342.142</u>	<u>516.209</u>	Partes relacionadas	18	1.255	1.037
				Provisão para manutenção	20	102.783	117.766
				Outras contas a pagar		183	365
				Total do passivo circulante		<u>546.922</u>	<u>546.783</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	4	39.240	25.922	Empréstimos e financiamentos	13	1.079.732	1.060.134
Impostos diferidos	7	53.237	62.014	Debêntures	14	420.892	413.863
Depósitos judiciais	8	16.429	24.706	Debêntures - Partes Relacionadas	14	732.743	700.408
Imobilizado	9	77.931	79.145	Passivo de arrendamento	19	17.347	9.366
Intangível	10	3.553.378	3.301.926	Provisão para riscos processuais	21	35.521	30.462
Direito de uso	11	21.926	14.588	Provisão para manutenção	20	73.857	83.706
Total do ativo não circulante		<u>3.762.141</u>	<u>3.508.301</u>	Dividendos	22.b	1.994	1.994
				Total do passivo não circulante		<u>2.362.086</u>	<u>2.299.933</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	22	1.177.584	969.857
				Reserva Legal	22.c	211	10.497
				Reserva de lucros	22.d	17.480	197.440
				Total do patrimônio líquido		<u>1.195.275</u>	<u>1.177.794</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>4.104.283</u>	<u>4.024.510</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>4.104.283</u>	<u>4.024.510</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto para o lucro por ação)

	Nota explicativa	01/04/2025 até 30/06/2025	01/01/2025 até 30/06/2025	01/04/2024 até 30/06/2024	01/01/2024 até 30/06/2024
RECEITA LÍQUIDA	23	377.820	698.171	336.782	649.554
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24	(282.065)	(518.160)	(260.479)	(513.912)
LUCRO BRUTO		95.755	180.011	76.303	135.642
Despesa administrativas	24	(19.448)	(29.499)	(15.217)	(30.865)
Outras receitas operacionais, liquidas		(313)	(173)	3.831	4.085
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		75.994	150.340	64.917	108.862
Receitas financeiras	25	11.837	24.566	13.799	29.020
Despesas financeiras	25	(77.203)	(147.672)	(73.813)	(142.375)
		(65.366)	(123.106)	(60.014)	(113.355)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		10.628	27.234	4.903	(4.493)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(976)	(976)	(3.296)	(3.472)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	136	(8.777)	2.317	4.568
Lucro (Prejuízo) do período		9.788	17.480	3.924	(3.397)
Lucro (Prejuízo) por ação - básico	26	0,008	0,015	0,004	(0,004)
Lucro (Prejuízo) por ação - diluído	26	0,008	0,014	0,004	(0,003)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	01/04/2025 até 30/06/2025	01/01/2025 até 30/06/2025	01/04/2024 até 30/06/2024	01/01/2024 até 30/06/2024
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	9.788	17.480	3.924	(3.397)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>9.788</u>	<u>17.480</u>	<u>3.924</u>	<u>(3.397)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Capital Social		Lucros acumulados	Reservas		Total
	Subscrito	A integralizar		Legal	Lucros	
SALDO EM 01/01/2024	1.400.000	(430.143)	-	8.424	158.447	1.136.728
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-
Lucro do período	-	-	(3.397)	-	-	(3.397)
Destinação do resultado do período	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatório (R\$ 0,001 por ação)	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 30/06/2024	1.400.000	(430.143)	(3.397)	8.424	158.447	1.133.331
SALDO EM 31/12/2024	1.400.000	(430.143)	-	10.497	197.440	1.177.794
Integralização de Capital	-	207.727	-	(10.286)	(197.440)	0
Lucro do período	-	-	17.480	-	-	17.480
Destinação do resultado do período	-	-	(17.480)	-	17.480	-
Dividendos obrigatório (R\$ 0,001 por ação)	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 30/06/2025	1.400.000	(222.416)	-	211	17.480	1.195.275

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	01/01/2025 até 30/06/2025	01/01/2024 até 30/06/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		17.480	(3.397)
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	24	100.341	92.711
Baixa do imobilizado e intangível		570 -	3.407
Juros incorridos sobre arrendamento	25	1.711	348
Impostos diferidos	7	8.777	(4.568)
Provisão para riscos	21	5.059	3.290
Provisão para manutenção	20	48.054	90.782
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	13	65.040	56.372
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	14	56.644	51.392
		<u>303.676</u>	<u>283.523</u>
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber	5	(12.731)	(6.476)
Estoques	6	(248)	579
Impostos a recuperar		(3.598)	(2.042)
Adiantamento a fornecedores		(311)	(13)
Despesas antecipadas		666	1.817
Outros ativos		8.113	(8.790)
Fornecedores		(7.944)	(24.253)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		408	(2.265)
Credor pela concessão		8.949	83.961
Impostos, taxas e contribuições		(964)	130
Contas com partes relacionadas		2	(1.950)
Outras contas a pagar		88	276
Consumo de provisão para manutenção	20	(72.886) -	60.087
IRPJ e CSLL pagos no período		(1.681)	(15.379)
Amortização de juros empréstimos e financiamentos	13	(30.569)	(27.388)
Amortização de juros debêntures	14	(12.029)	(10.316)
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	19	(1.711)	(348)
		<u>(126.446)</u>	<u>(72.544)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>177.229</u>	<u>210.979</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	9 e 30	(2.001)	(9.460)
Aquisições de intangível	10 e 30	(333.455)	(213.289)
Aplicações financeiras vinculadas	4	(8.296)	(901)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(343.753)</u>	<u>(223.650)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação empréstimos e financiamentos	13	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	(13.382)	-
Recursos provenientes de alienação de imobilizado		2.945	4.033
Captação de debêntures	13	-	-
Amortização de debêntures	14	(4.725)	-
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	19	(3.962)	(4.230)
Integralização de capital		-	-
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) pelas atividades de financiamento		<u>(19.124)</u>	<u>(197)</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(185.647)</u>	<u>(12.868)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		413.015	562.216
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		227.368	549.348
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(185.647)</u>	<u>(12.868)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	01/01/2025 até 30/06/2025	01/01/2024 até 30/06/2024
RECEITAS			
Com arrecadação de pedágio e acessórias	23	529.945	506.368
Com construção	23	214.445	186.747
Outras receitas		(173)	4.085
		<u>744.217</u>	<u>697.200</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo e Despesa operacionais	24	(294.264)	(302.291)
Serviços terceiros, seguros e outros	24	(45.784)	(46.159)
Poder concedente	24	(45.378)	(42.978)
Valor adicionado (consumido) bruto		<u>358.791</u>	<u>305.772</u>
RETENÇÕES			
Depreciações e amortizações	24	(100.341)	(92.711)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		<u>258.450</u>	<u>213.061</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	25	24.566	29.020
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>283.016</u>	<u>242.081</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Proventos		37.056	37.559
Benefícios		10.367	8.532
Encargos sociais e trabalhistas		11.740	11.618
Outros encargos		1.520	2.213
	24	<u>60.683</u>	<u>59.922</u>
Remuneração de capitais a terceiros:			
Juros sobre empréstimo/debênture	25	121.095	107.174
Despesas financeiras	25	26.577	35.201
Aluguéis	24	1.209	716
		<u>148.881</u>	<u>143.091</u>
Governo:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	976	3.472
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	8.777	(4.568)
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)	23	26.675	25.077
Programa de Integração Social (PIS)	23	3.481	3.292
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	23	16.063	15.192
		<u>55.972</u>	<u>42.465</u>
Atribuído aos acionistas:			
Lucro (prejuízo) líquido do período		17.480	(3.397)
VALOR CONSUMIDO		<u>283.016</u>	<u>242.081</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, sendo a sede da Companhia localizada na Rua Passeio das Castanheiras, 480 - Parque Faber - São Carlos - SP.

A Companhia tem como única acionista e controladora a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores em conjunto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group").

O Contrato de Concessão possui prazo de 30 anos, com início em junho de 2020, para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama.

O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa no valor de R\$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5% sobre a receita bruta) desde o início da cobrança do pedágio, e outorga variável (7% sobre a receita bruta), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A receita bruta é composta pela receita tarifária bruta, adicionada à receita acessória bruta.
- Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de aproximadamente R\$11,1 bilhões para o período remanescente da concessão, devendo ser alocados para obras de ampliação e manutenção do trecho concedido.

A data de início da operação ocorreu em 4 de junho de 2020, formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entre os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jahu. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 31 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Os gastos para aquisição de bens reversíveis, decorrentes das obrigações assumidas no contrato de concessão, são classificados inicialmente como ativo intangível, pois refere-se ao direito da Companhia de cobrar dos usuários pelos serviços prestados.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA.

Situação econômico e financeira

Em 30 de junho de 2025 a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no montante de R\$204.780, evidenciado pela insuficiência de ativos circulantes para a cobertura de seus passivos circulantes.

A Administração reconhece que tal situação pode indicar incerteza quanto à capacidade de a Companhia honrar seus compromissos de curto prazo. Entretanto, está em andamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES processo de liberação de recursos financeiros que permitirão o reequilíbrio do capital de giro e a continuidade das operações.

A liberação dos recursos será de R\$400.000 e ocorrerá dentro do mês de agosto de 2025, suprimindo a necessidade de capital de curto prazo. Com base nesse plano, as demonstrações contábeis foram preparadas sob o pressuposto da continuidade operacional.

2. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações financeiras intermediárias ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024”), publicadas no dia 13 de março de 2025 no jornal O Estado de São Paulo “Estadão” e disponibilizadas por meio do seguinte website:
<https://ri.eixosp.com.br/default.aspx>.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Estas informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Normas contábeis novas e/ou revisadas emitidas e ainda não efetivas.

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 21/CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações estabelecem critérios para avaliar a conversibilidade de uma moeda e determinar a taxa de câmbio quando esta não for conversível. Considera-se conversível a moeda obtida dentro de um prazo razoável por meio de mercado ou câmbio com direitos exequíveis; caso contrário, é tratada como não conversível. Nesses casos, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista com base em valores de mercado, sem um método específico obrigatório. Além disso, exige-se a divulgação do impacto da não conversibilidade na posição financeira e nos fluxos de caixa. A IAS 21 recebeu um novo apêndice e exemplos ilustrativos, e a IFRS 1 foi ajustada para alinhamento com a norma revisada.	01/01/2025
Orientação Técnica OCPC 10 - Crédito de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de Emissão ("Allowance") e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A Orientação Técnica OCPC 10 estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão ("allowances") e créditos de descarbonização (CBIO) no mercado brasileiro. Seu objetivo é padronizar o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dessas transações, garantindo maior transparência e comparabilidade das informações financeiras. O OCPC 10 abrange tanto a origem e aquisição desses instrumentos para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) quanto a sua utilização para negociação no mercado. Além disso, define requisitos para a contabilização de passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou de compromissos não formalizados, conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	01/01/2025
IFRS 18 /CPC 3 (R2). - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	As O IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras foi emitido pelo IASB em abril de 2024, substituindo o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 R1 no Brasil). Ele introduz novos requisitos para a demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas. Além disso, o IFRS 18 demanda a divulgação de medidas de desempenho baseadas nas funções identificadas das demonstrações financeiras principais e exige maior detalhamento nas notas explicativas. As mudanças incluem alterações no IAS 7 (CPC 03 R2), como a remoção da possibilidade de classificar certos fluxos de caixa como operacionais e a nova metodologia de alocação de fluxos relacionados a lucros ou prejuízos.	01/01/2027
IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Por meio da revisão pós-implementação do IFRS 9, o IASB identificou a necessidade de esclarecer requisitos relacionados à avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, especialmente os critérios de "pagamentos exclusivamente de principal e juros" (SPPI). O objetivo principal é garantir uma aplicação mais consistente, especialmente para ativos financeiros vinculados a metas ESG (ambientais, sociais e de governança). Em maio de 2024, o IASB emitiu novos requisitos no IFRS 9 e IFRS 7, voltados para uniformizar as práticas contábeis de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essas alterações visam reduzir assimetrias na aplicação das normas e aumentar a transparência para investidores e demais usuários das demonstrações financeiras. As mudanças incluem diretrizes mais claras para a mensuração e classificação desses ativos, alinhando as práticas contábeis às necessidades de relatórios financeiros modernos e ao mercado crescente de ativos sustentáveis.	01/01/2026

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros, mas podem exigir divulgações adicionais, principalmente no que se refere ao OCPC 10 - crédito de carbono, a partir de 2026, e mudanças na classificação de itens na demonstração do resultado, em decorrência do CPC 3 em 2027.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2025	31/12/2024
Caixa	3.773	4.721
Bancos	3.435	2.028
Aplicações financeiras (i)	220.160	406.266
Total (ii)	227.368	413.015

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos assumidos com as obrigações de investimentos em intangível assumidas no contrato da concessão.

- (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI foi de 100,5% em 30 de junho de 2025 e à taxa média de 100,5% em 31 de dezembro de 2024.
- (ii) Na data da finalização destas informações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo, bem como, investimentos em intangível previstos para os próximos 12 meses.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	30/06/2025	31/12/2024
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	33.922	31.877
Aplicações vinculadas - Debêntures	20.506	14.255
Total	54.428	46.132
Circulante	15.188	20.210
Não circulante	39.240	25.922
	54.428	46.132

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento obtido junto ao BNDES e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo:

BNDES

- (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga mensalmente, a partir de 15 de janeiro de 2025.

- (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento.

Debêntures

- (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga semestralmente.
- (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento.

A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante.

Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI se manteve à taxa média de 95% em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	76.532	63.783
Receitas acessórias a receber	385	403
Total	<u>76.917</u>	<u>64.186</u>

- (*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio, que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação - "OSA".

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui R\$385 em títulos a receber em aberto em processo final de negociação. A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Uniformes e EPIs	1.735	2.107
Manutenção civil e hidráulica	2.280	1.668
Outros	1.494	1.486
Total	<u>5.509</u>	<u>5.261</u>

Em 30 de junho de 2025, os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas informações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de renda diferido	39.145	45.599
Contribuição social diferida	14.092	16.415
Total	<u>53.237</u>	<u>62.014</u>
2025	12.445	44.025
Após 2026	40.792	17.989
Total	<u>53.237</u>	<u>62.014</u>

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas ativas tem as seguintes origens:

	30/06/2025	31/12/2024
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	41.098	34.535
Provisão de fornecedores	8.008	17.318
Provisão para manutenção	176.639	201.472
Provisão Coeficiente Serviço Prestado - CSP	879	-
Capitalização de juros	(71.942)	(73.483)
Provisão PLR	(7.721)	(3.212)
Base Negativa	3.208	(644)
Outras	6.409	6.408
Base de cálculo total	<u>156.578</u>	<u>182.394</u>
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>53.237</u>	<u>62.014</u>

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período:

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	10.628	27.234	4.903	(4.493)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	<u>(3.614)</u>	<u>(9.260)</u>	<u>(1.667)</u>	<u>1.528</u>
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:				
Capitalização e Amortização de juros	(262)	(524)	(262)	(524)
Outras diferenças permanentes	3.036	30	950	92
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(840)</u>	<u>(9.753)</u>	<u>(979)</u>	<u>1.096</u>
Impostos de renda e contribuição social corrente	(976)	(976)	(3.296)	(3.472)
Impostos de renda e contribuição social diferido	<u>136</u>	<u>(8.777)</u>	<u>2.317</u>	<u>4.568</u>
	<u>(840)</u>	<u>(9.753)</u>	<u>(979)</u>	<u>1.096</u>
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	8%	36%	20%	24%

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui Depósitos Judiciais de naturezas cíveis, trabalhistas e ações de desapropriação, classificados como perdas prováveis, conforme tabela abaixo:

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ações cíveis	139	74
Ações Trabalhistas	223	363
Ações de desapropriação (a)	<u>16.067</u>	<u>24.269</u>
Total	<u>16.429</u>	<u>24.706</u>

- (a) As ações judiciais são provenientes de seus investimentos em ampliação (SP 294: duplicação rodovia, construção de vias marginais e de pontes), edificação de postos de Serviços de Atendimento aos Usuários - “SAUs”, área de descanso para caminhoneiros, Posto Geral de Fiscalização - “PGFs” e Desapropriações, onde após a decisão das ações judiciais será reconhecido como ativo intangível.

9. IMOBILIZADO

	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Equipamentos de telefonia comercial</u>	<u>Equipamentos para veículos</u>	<u>Caminhões</u>	<u>Edifícios</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.386	41.044	6.463	100	631	63.590	7.952	1.732	123.898
Adições	348	852	1.263	27	87	62	256	519	3.414
Baixas	-	(22)	-	-	(16)	-	-	(5)	(43)
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>2.734</u>	<u>41.874</u>	<u>7.726</u>	<u>127</u>	<u>702</u>	<u>63.652</u>	<u>8.208</u>	<u>2.246</u>	<u>127.269</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(524)	(8.009)	(4.052)	(6)	(142)	(30.835)	(216)	(969)	(44.753)
Adições	(176)	(1.911)	(285)	(6)	(35)	(1.916)	(175)	(94)	(4.598)
Baixas	-	8	-	-	2	-	-	3	13
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>(700)</u>	<u>(9.912)</u>	<u>(4.337)</u>	<u>(12)</u>	<u>(175)</u>	<u>(32.751)</u>	<u>(391)</u>	<u>(1.060)</u>	<u>(49.338)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 30 de junho de 2025	2.034	31.962	3.389	115	527	30.901	7.817	1.186	77.931
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.907	35.985	5.345	336	468	65.168	2.669	1.113	112.991
Adições	504	5.119	1.118	18	163	1.367	5.283	620	14.192
Baixas	(25)	(60)	-	(254)	-	(2.945)	-	(1)	(3.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>2.386</u>	<u>41.044</u>	<u>6.463</u>	<u>100</u>	<u>631</u>	<u>63.590</u>	<u>7.952</u>	<u>1.732</u>	<u>123.898</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(264)	(4.753)	(3.121)	(229)	(88)	(27.036)	(15)	(290)	(35.796)
Adições	(285)	(3.314)	(931)	(32)	(54)	(6.314)	(201)	(680)	(11.811)
Baixas	25	58	-	255	-	2.515	-	1	2.854
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(524)</u>	<u>(8.009)</u>	<u>(4.052)</u>	<u>(6)</u>	<u>(142)</u>	<u>(30.835)</u>	<u>(216)</u>	<u>(969)</u>	<u>(44.753)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.862	33.035	2.411	94	489	32.755	7.736	763	79.145
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	

Em 30 de junho de 2025, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis, são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há no primeiro semestre de 2025 nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 30 de junho de 2025.

10. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (c) (i)	Contrato de Concessão- Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	2.281.677	1.136.335	7.343	3.849.764
Adições (b)	260.593	83.680	-	2.764	347.037
Baixas (d)	-	(3.795)	-	-	(3.795)
Transferências	(187.517)	187.517	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>497.485</u>	<u>2.549.079</u>	<u>1.136.335</u>	<u>10.107</u>	<u>4.193.006</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(373.623)	(173.604)	(611)	(547.838)
Adições	-	(72.960)	(18.939)	(191)	(92.090)
Baixas	-	300	-	-	300
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>-</u>	<u>(446.283)</u>	<u>(192.543)</u>	<u>(802)</u>	<u>(639.628)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 30 de junho de 2025	497.485	2.102.796	943.792	9.305	3.553.378
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,21	3,33	4,10	
	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (c) (i)	Contrato de Concessão- Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.787.075	1.136.335	5.334	3.330.847
Adições (b)	387.425	129.724	-	2.009	519.158
Baixas (d)	-	(241)	-	-	(241)
Transferências	(365.119)	365.119	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>424.409</u>	<u>2.281.677</u>	<u>1.136.335</u>	<u>7.343</u>	<u>3.849.764</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(246.587)	(135.727)	(375)	(382.689)
Adições	-	(127.055)	(37.877)	(236)	(165.168)
Baixas	-	19	-	-	19
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>-</u>	<u>(373.623)</u>	<u>(173.604)</u>	<u>(611)</u>	<u>(547.838)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	1.908.054	962.731	6.732	3.301.926
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

- (a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.
- (b) As principais adições do período estão representadas pela duplicação da SP 284 e SP 304, terceiras faixas, acostamentos, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiros, implantação de dispositivos de contenção viária equipamentos de tecnologia, entre outros.
- (c) No primeiro semestre de 2025 não houve capitalização de custos de empréstimos.
- (d) Foram baixados (R\$72), referentes a equipamentos de conservação rotineira, considerados inservíveis, (R\$2) por perda do equipamento pela equipe de roçada, (R\$34) em função da venda de postes para a Entrevias e (R\$3.687) referente a venda de caminhões para a Via Araucária. Em 2024, as baixas foram realizadas em função da venda de um caminhão (R\$236) vide nota explicativa nº 18. Adicionalmente foram baixados (R\$5), referentes a equipamentos de conservação rotineira, considerados inservíveis.

- (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.
- (ii) Vide nota explicativa nº 1.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais “IFRS Accounting Standards”, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há no primeiro semestre de 2025 nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos intangíveis.

11. DIREITO DE USO

	Saldo em 31/12/2024	Adições e atualizações Contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 30/06/2025
Equipamentos operacionais	911	37	-	(51)	897
Instalações e edificações	2.082	3.270	-	(629)	4.723
Veículos (a)	11.595	9.032	(122)	(4.199)	16.306
Total	<u>14.588</u>	<u>12.339</u>	<u>(122)</u>	<u>(4.879)</u>	<u>21.926</u>

	Saldo em 31/12/2023	Adições e atualizações Contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos operacionais	1.243	158	-	(490)	911
Instalações e edificações	2.511	1.397	-	(1.826)	2.082
Veículos (a)	6.460	14.200	(2.462)	(6.603)	11.595
Total	<u>10.214</u>	<u>15.755</u>	<u>(2.462)</u>	<u>(8.919)</u>	<u>14.588</u>

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo que as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média real de 10,16% a.a., pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

- (a) As adições referem-se à substituição parcial da frota de veículos operacionais e administrativos, da qual a Companhia realizou a contemplação de novos contratos de arrendamentos.

12. FORNECEDORES

	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedores - Obras (intangível)	75.109	62.765
Fornecedores - Imobilizado	1.950	537
Fornecedores - Serviços	18.046	25.990
Total	95.105	89.292

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 30/06/2025
BNDES (a)	IPCA	5,21%	1.093.839	-	65.040	(13.382)	(30.569)	1.114.928
Total			1.093.839	-	65.040	(13.382)	(30.569)	1.114.928

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2024
BNDES (a)	IPCA	5,21%	1.042.094	-	108.039	-	(56.294)	1.093.839
Total			1.042.094	-	108.039	-	(56.294)	1.093.839

	30/06/2025	31/12/2024
Circulante	35.196	33.705
Não circulante	1.079.732	1.060.134

a) Financiamento BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos “A”, “B”, “C” e “D”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito “E”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos “A” e “B”: até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.

A Companhia obteve liberações que consumiram totalmente os subcréditos “A” e “B”, no montante total de R\$1.300.000, sendo que R\$950.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021, 29 de novembro de 2021 e 30 de maio de 2023 pela Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações e R\$350.000 via debêntures, ocorrida em 13 de julho de 2021.

- Subcrédito “C”: até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.
- Subcréditos “D” e “E”: até 22 de junho de 2029, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de:

- Subcréditos “A”, “B” e “C”: carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização se dará em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045.
- Subcrédito “D” e “E”: carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização se dará em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045.

No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

- (i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão.
- (ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES.
- (iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. Pagamento de outorgas e taxas da ARTESP.
- (iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores.
- (v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência.
- (vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada.
- (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES.
- (viii) Não substituição das fianças bancárias.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado “completion” dos subcréditos A e B) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R\$435.000 e (ii) soma dos EBITDAs Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R\$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020. A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (“completion” dos subcréditos A e B).

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 30 de junho de 2025 é:

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 30/06/2025
Partes relacionadas (ii)			700.408	-	32.335	-		732.743
BNDES (i) (ii)	IPCA	5,05%	426.235	-	24.309	(4.725)	(12.029)	433.790
Total			1.126.643	-	56.644	(4.725)	(12.029)	1.166.533

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2024
Partes relacionadas (ii)			637.825	-	62.583	-	-	700.408
BNDES (i) (ii)	IPCA	5,05%	405.797	-	41.617	-	(21.179)	426.235
Total			1.043.622	-	104.200	-	(21.179)	1.126.643

							30/06/2025	31/12/2024
Circulante							12.898	12.372
Não circulante							1.153.635	1.114.271

(i) As debêntures com o BNDES encontravam-se em período de carência até 31 de dezembro de 2024, a amortização do principal teve seu início no dia 16 de junho de 2025, juntamente com a amortização das parcelas de juros.

(ii) As debêntures não possuem “covenants” financeiros.

a) Debêntures com Partes Relacionadas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas.

As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$490.702 (R\$285.000 em janeiro e R\$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

b) Debêntures BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 16 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$350.000, através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre as debêntures.

15. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente.

A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - “ACDUF” corresponde à devolução de 75% da outorga variável I do contrato de concessão.

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ônus de fiscalização	2.208	1.750
Outorga variável	13.220	11.078
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (i)	69.743	65.990
Coeficiente Serviço Prestado - CSP	6.059	-
Reequilíbrio cautelar COVID (iii)	164.533	164.533
Readequação do Pavimento do Sistema Remanescente (ii)	1.665	5.128
Total	<u>257.428</u>	<u>248.479</u>

- (i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequentes, sendo que tais descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - “ACDUF”. Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior.
- (ii) Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo será realizado mediante desembolso de caixa, não há impactos no resultado decorrente desta operação. Até 30 de junho de 2025, a Companhia já havia consumido o montante de R\$246.369 da importância recebida de forma antecipada, restando o saldo remanescente de R\$1.665.
- (iii) A companhia recebeu, de forma cautelar, no dia 3 de junho de 2024, a importância de R\$164.533 referente à 80% do reequilíbrio contratual referente às perdas de receita de pedágio pelos fatores da pandemia COVID e está aguardando os cálculos definitivos do desequilíbrio para correta alocação da importância recebida.

16. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários e honorários	699	747
Encargos sociais e previdenciários	2.870	3.159
Provisão de férias	11.128	10.403
Provisão de 13º	4.022	-
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	2.986	6.988
Total	<u>21.705</u>	<u>21.297</u>

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.625	3.441
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	280	1.570
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.723	5.244
Impostos federais terceiros	447	748
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	636	1.155
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	1.237	1.435
Total	<u>10.948</u>	<u>13.593</u>

18. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o período findo em 30 de junho de 2025 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes relacionadas (*)	Transação (**)	30/06/2025	
		Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de fibra	43	-
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de torres	98	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
Pátria Infraestrutura V Master	Reembolso de despesas	22	-
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	Reembolso de despesas	862	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	70	761
Infraestrutura BR V	Reembolso de despesas	9	-
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de despesas	47	494
Saldo em 30/06/2025		1.222	1.255

Partes relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2024	
		Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de fibra	48	1
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/Locação de torres	757	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
Pátria Infraestrutura V Master	Reembolso de despesas	18	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	47	820
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de despesas	65	216
Saldo em 31/12/2024		1.006	1.037

Partes Relacionadas (*)	Resultado			
	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	81	132	37	52
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	296	576	24	38
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	(1)	-	-	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	(3.220)	(6.309)	(2.959)	(6.102)
Pátria Infraestrutura V Master	4	4	-	-
Infraestrutura BR V	9	9	-	-
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	2.954	3.004	864	2.349
	123	(2.584)	(2.034)	(3.663)

(a) Prestação de serviços para atividades contábeis e fiscais, financeiras, "supply chain", administração de pessoal, seguros, entre outras.

(*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A.

- (**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 14 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2025 em até R\$10.500, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No período de 1º de janeiro de 2025 a 30 de junho de 2025, foram pagos R\$4.757 (R\$9.299 em 31 de dezembro de 2024) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

Debêntures

As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 14, alínea a), foram captadas com partes relacionadas:

- (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment Pte. Ltd. ("GIC Group") - 30% do montante total captado.

Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 14 com efeito no resultado no montante de R\$32.335.

Passivo de arrendamento

No passivo de arrendamento foi adicionado os contratos da EVM Evolution Mobility S.A., que têm por objeto locação de veículos elétricos, com média de 7 anos de duração. A contratada é parte relacionada e movimentou o montante de R\$2.347, no primeiro semestre de 2025.

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 10,16% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo inicial	15.222	9.625
Adições e atualizações contratuais (a)	12.339	15.755
Baixas de contrato	(122)	(2.462)
Juros provisionados	1.711	1.577
Pagamento de juros	(1.711)	(1.577)
Pagamento de principal	(3.962)	(7.696)
Total	<u>23.477</u>	<u>15.222</u>
Circulante	6.130	5.856
Não circulante	17.347	9.366

A realização da parcela não circulante do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

2026	5.529	3.133
2027	5.292	2.133
2028 em diante	<u>12.509</u>	<u>7.283</u>
Total	<u>23.330</u>	<u>12.549</u>
Ajuste a valor presente	<u>(5.983)</u>	<u>(3.183)</u>
Passivo de arrendamento	<u>17.347</u>	<u>9.366</u>

(a) As adições referem-se à substituição parcial da frota de veículos operacionais e administrativos, da qual a Companhia realizou a contemplação de novos contratos de arrendamentos.

	Adoção Inicial	Dez. 2022	Dez. 2023	Dez. 2024	Jun. 2025	Dez. 2025	Dez. 2026	Dez.2027 em diante
IPCA						5,20%	4,50%	4,00%
<u>Ativo de arrendamento (i)</u>								
Balanço patrimonial	19.588	6.882	10.214	14.588	21.926	18.029	13.498	-
Fluxo com projeção	19.588	6.882	10.214	14.588	21.926	18.966	14.106	-
<u>Passivo de arrendamento (ii)</u>								
Balanço patrimonial	19.588	6.507	9.625	15.222	23.477	19.617	15.635	-
Fluxo com projeção	19.588	6.507	9.625	15.222	23.477	20.637	16.339	-
<u>Despesas financeiras (ii)</u>								
Balanço patrimonial		638	464	1.577	729	1.380	2.291	4.896
Fluxo com projeção		638	464	1.577	729	1.452	2.394	5.091
<u>Despesas de depreciação (i)</u>								
Balanço patrimonial		7.148	6.984	8.919	2.253	3.898	4.531	13.498
Fluxo com projeção		7.148	6.984	8.919	2.253	4.100	4.734	14.038

(i) Apresentamos a evolução do ativo de arrendamento no qual podemos notar o impacto da realização esperada para ele através das despesas de amortização.

(ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas.

20. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do contrato de concessão. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos.

Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2024	Adição	Consumo	Saldo em 30/06/2025
Provisão para manutenção (a)	200.356	40.233	(72.886)	167.703
AVP	1.116	7.821	-	8.937
	<u>201.472</u>	<u>48.054</u>	<u>(72.886)</u>	<u>176.640</u>
Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2024
Provisão para manutenção (a)	241.445	120.574	(161.663)	200.356
AVP	(14.448)	15.564	-	1.116
	<u>226.997</u>	<u>136.138</u>	<u>(161.663)</u>	<u>201.472</u>
			<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante			102.783	117.766
Não circulante			73.857	83.706

- (a) A atualização pela inflação é realizada sobre o montante histórico e acumulado da provisão constituída.

21. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provável

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível classificados como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão para riscos trabalhistas	1.922	2.458
Provisão para riscos cíveis (ii)	<u>33.599</u>	<u>28.004</u>
Total	<u>35.521</u>	<u>30.462</u>
<u>Mapa movimentação</u>		
Saldo inicial	30.462	14.882
Adições (i)	18.071	12.045
Baixas	(24.966)	(4.225)
Atualização monetária	<u>11.954</u>	<u>7.760</u>
Saldo final	<u>35.521</u>	<u>30.462</u>

- (i) As adições ocorridas no segundo semestre de 2025 possuem natureza cível (R\$15.543) tendo como principais motivos, objetos e animais na pista, enquanto as adições de natureza trabalhista (R\$1.078), em sua maioria, provenientes de reclamação trabalhista dos prestadores de serviços, nos quais a Companhia encontra-se em posição de corresponsável.

- (ii) Importante destacar que a Companhia possui cobertura de seguros para tais contingências, e o processo de regulação está em andamento. O montante do reembolso estimado, referente à essas contingências, é de R\$15.166. Caso haja uma eventual condenação, a Companhia poderá ser reembolsada, conforme o andamento e a resolução do processo de regulação dos seguros. O valor do reembolso dependerá da análise e aprovação das seguradoras, sendo este um fator relevante a ser considerado na gestão do risco. A Companhia continuará acompanhando de perto a evolução dos processos e as etapas da regulação dos seguros, garantindo que todas as ações necessárias sejam tomadas para o adequado cumprimento de suas obrigações, caso sejam necessárias.

b) Possível

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível no montante de R\$13.888 (R\$24.532 em 31 de dezembro de 2024) e trabalhistas no montante de R\$22.923 (R\$21.336 em 31 de dezembro de 2024) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2025, o capital social subscrito é de R\$1.400.000, sendo integralizado R\$1.177.584 (R\$969.857 em 31 de dezembro de 2024), representado por 1.177.584.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 3 de janeiro de 2025 foi aprovada a integralização de capital de R\$207.727 e rerratificada em 30 de março de 2025 mediante R\$197.440 do saldo da reserva de lucros e R\$10.287 do saldo da reserva legal, ambos acumulados até 31 de dezembro de 2024.

O capital social integralizado é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	1.177.584.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 30 de junho de 2025 não foi constituída reserva legal. Em 31 de dezembro de 2024 a constituição da reserva legal foi de R\$2.073.

d) Reserva de retenção de lucros:

A reserva de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos previstos no contrato de concessão e financiar o capital de giro da Companhia. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 30 de junho de 2025 foi adicionada à reserva de retenção de lucros no montante de R\$17.480. Em 31 de dezembro de 2024, a constituição realizada foi de R\$38.993.

23. RECEITAS

Estão representadas por:

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Receita com arrecadação de pedágio (a)	272.243	527.628	256.207	503.883
Receitas com construção	128.124	214.445	101.517	186.747
Receita acessória (b)	1.310	2.317	1.203	2.485
Receita bruta	401.677	744.390	358.927	693.115
Deduções da receita	(23.857)	(46.219)	(22.145)	(43.561)
Receita líquida	377.820	698.171	336.782	649.554

(a) A partir de 4 de junho de 2025 houve reajuste das tarifas de pedágio de acordo com a inflação acumulada (IPCA) em 5,53%.

(b) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
<u>Base de cálculo de impostos</u>				
Receitas com serviços	273.553	529.945	257.410	506.368
Coeficiente de Serviços Prestados - CSP	2.632	5.433	-	-
Base de cálculo	276.185	535.378	257.410	506.368

Deduções

Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (3%)	(8.291)	(16.063)	(7.722)	(15.192)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(1.796)	(3.481)	(1.673)	(3.292)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(13.770)	(26.675)	(12.750)	(25.077)
	(23.857)	(46.219)	(22.145)	(43.561)

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Custo dos serviços prestados:				
Custo de obra	(128.124)	(214.445)	(101.517)	(186.747)
Provisão para manutenção (a)	(17.161)	(40.233)	(36.038)	(80.573)
Pessoal	(26.779)	(51.174)	(23.805)	(46.973)
Conservação e manutenção	(18.807)	(32.910)	(14.511)	(30.714)
Serviços de terceiros (b)	(12.454)	(24.420)	(11.671)	(22.555)
Seguros	(1.880)	(3.664)	(1.816)	(3.595)
Depreciações e amortizações	(49.622)	(98.076)	(43.892)	(89.392)
Poder concedente (c)	(23.408)	(45.378)	(21.804)	(42.978)
Locações de imóveis e máquinas	(513)	(1.164)	(386)	(707)
Outras despesas operacionais	(3.317)	(6.696)	(5.039)	(9.678)
Total	(282.065)	(518.160)	(260.479)	(513.912)

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Despesas administrativas:				
Provisão para riscos e despesas processuais	(7.101)	(5.814)	(1.320)	(3.901)
Pessoal	(4.904)	(9.509)	(7.812)	(12.949)
Conservação e manutenção	(496)	(863)	(24)	(356)
Serviços de terceiros	(5.090)	(9.752)	(4.325)	(9.059)
Depreciações e amortizações	(1.127)	(2.265)	(1.221)	(3.319)
Locações de imóveis e máquinas	-	(45)	(7)	(9)
Outras despesas operacionais	(730)	(1.251)	(508)	(1.272)
Total	(19.448)	(29.499)	(15.217)	(30.865)

- (a) A Constituição de provisão para manutenção deu-se após a conclusão dos Trabalhos Iniciais (Programa Intensivo Inicial - PII).
- (b) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.
- (c) A base de cálculo e taxas estão evidenciados na nota explicativa nº 15.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
<u>Receitas financeiras</u>				
Provisão para manutenção - AVP	-	6	49	290
Receita de aplicações financeiras	11.087	23.580	13.394	28.291
Outros	750	980	356	439
Total	11.837	24.566	13.799	29.020

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Despesas financeiras				
Juros e variação monetária sobre				
Empréstimos /Debêntures	(60.723)	(121.094)	(51.301)	(107.174)
Provisão para manutenção - AVP	(3.930)	(7.827)	(5.175)	(10.499)
Amortização de custos com emissão de				
Empréstimos /Debêntures	(295)	(590)	(295)	(590)
Juros de arrendamento	(729)	(1.711)	(233)	(348)
Despesas bancárias	(5.383)	(10.389)	(15.642)	(20.841)
Atualização processos judiciais	(4.631)	(3.677)	(487)	(1.517)
Outras despesas financeiras	(1.512)	(2.384)	(680)	(1.406)
Total	(77.203)	(147.672)	(73.813)	(142.375)
Resultado financeiro líquido	(65.366)	(123.106)	(60.014)	(113.355)

26. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 41 (norma internacional IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 30 de junho de 2025.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
<u>Lucro (prejuízo) básico/diluído por ação</u>				
Lucro (prejuízo) líquido do período	9.788	17.480	3.924	(3.397)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.177.584	1.177.584	969.857	969.857
Lucro (prejuízo) básico	0,008	0,015	0,004	(0,004)
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures	72.366	72.366	65.965	65.965
Lucro (prejuízo) diluído	0,008	0,014	0,004	(0,003)

O efeito do potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionadas emitidas em 2021, vide nota explicativa nº 14.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2025, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	30/06/2025	31/12/2024
Dívida (i)	2.301.870	2.241.481
Caixa e equivalentes de caixa	(227.368)	(413.015)
Aplicações financeiras vinculadas	(54.428)	(46.132)
Dívida líquida	2.020.074	1.782.334
Patrimônio líquido (ii)	1.195.275	1.177.794
Índice de endividamento líquido	1,69	1,51

- (i) A dívida é definida por empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação de R\$16.140 para empréstimos e financiamentos e de R\$4.269 para debêntures em 30 de junho de 2025 e de R\$16.545 para empréstimos e financiamentos e de R\$4.454 para debêntures em 31 de dezembro de 2024), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13 e nº 14.

- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia.

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 30 de junho de 2025, conforme quadro a seguir:

		30/06/2025	31/12/2024
Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	227.368	413.015
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	54.428	46.132
Contas a receber	Custo amortizado	76.917	64.186
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	1.222	1.006

		<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	95.105	89.292
Empréstimos e financiamentos (iii e iv)	Custo amortizado	1.131.068	1.110.384
Debêntures (v)	Custo amortizado	438.011	430.640
Debêntures - partes relacionadas (vi)	Custo amortizado	732.791	700.457
Credor pela concessão	Custo amortizado	257.428	248.479
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.255	1.037

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis. Os valores apresentados não consideram o saldo de custo de captação para cada uma das operações.
- (iv) O saldo referente ao custo de captação é de R\$16.140 em 30 de junho de 2025 e de R\$16.545 em 31 de dezembro de 2024.
- (v) O saldo referente ao custo de captação é de R\$4.221 em 30 de junho de 2025 e de R\$4.405 em 31 de dezembro de 2024.
- (vi) O saldo referente ao custo de captação é de R\$48 em 30 de junho de 2025 e de R\$49 em 31 de dezembro de 2024.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam “ratings” AAA, baseado nas avaliações das principais agências de “rating”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2025	2026	2027	2028 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	512.930	3.798.865	-	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	219.861	1.628.333	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	438.011	745.643	17.523	35.277	36.290	656.553
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	1.131.068	2.500.095	46.197	92.937	96.132	2.264.829
		<u>2.301.870</u>	<u>8.672.936</u>	<u>63.720</u>	<u>128.214</u>	<u>132.422</u>	<u>8.348.580</u>

e) Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 30 de junho de 2025. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Saldo 30/06/2025	Cenário I - provável	Desvalorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	227.368	33.878	25.010	15.916
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	54.428	8.110	5.987	3.810
Operação	Risco	Saldo 30/06/2025	Cenário I - provável	Valorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	438.011	22.777	30.661	35.041
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	1.131.068	58.816	79.175	90.485

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Valorização		Desvalorização	
		Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	14,90%	19%	22%	11%	7%
IPCA (b)	5,20%	7%	8%	4%	3%

(a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2025. Fonte de informação - “site” da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 16 de julho de 2025.

- (b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2025. Fonte de informação - “site” do BACEN: www.bcb.gov.br - FOCUS - Relatório de Mercado de 27 de junho de 2025.

28. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 30 de junho de 2025, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2026
Riscos nomeados e operacionais	219.000	Até julho de 2026
Equipamentos	49.650	Até julho de 2026
Veículos - frota	74.656	Até julho de 2026
D&O	50.000	Até agosto de 2026
Risco de engenharia	520.000	Até julho de 2026
Seguro garantia	1.386.986	Até junho de 2027
Fiança Locatícia	973	Até abril de 2030
Seguro patrimonial	25.260	Até março de 2026
Garantia judicial	13.406	Até agosto de 2029

29. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2025, a Companhia deverá investir aproximadamente R\$858 milhões de reais, a fim de cumprir as obrigações contratuais da concessão.

Os investimentos previstos para 2025 estão representados principalmente pela duplicação da SP 284 e 304, da recuperação de pavimento, terceiras faixas, acostamentos, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, implantação de dispositivos de contenção viária, equipamentos e tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R\$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$3,0 bilhões.

Assumimos contratualmente o compromisso de neutralizar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), calculadas em carbono equivalente (CO₂e), proveniente das atividades de operação da concessionária, no sistema rodoviário. A Companhia contrata anualmente empresa especializada, denominada Organismo de Verificação, para realizar o inventário e quantificar as emissões de GEE, de acordo com as Especificações de Verificação do Programa Brasileiro GHG Protocol, norma ABNT NBR ISO 14064-3:2007 e Contrato de Concessão. O relatório emitido pelo Organismo de Verificação referente ao período de 2020 a 2024 totaliza 12,5 mil toneladas de CO₂e. Em função deste levantamento a Companhia efetuou a compra de créditos no valor de R\$165.

A Companhia realiza anualmente o inventário com a finalidade quantificar as emissões relativas às atividades de operação a serem neutralizadas e as compensações deverão ser executadas quinquenalmente (junho de 2030), consolidando as demandas indicadas nos inventários anuais para promover as medidas compensatórias.

30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	Nota explicativa	30/06/2025	31/12/2024
Reconhecimento do Direito de uso, pronunciamento técnico CPC 6 (R2)	11	12.339	15.755
Receita de construção	23	214.445	422.487
Custo de construção	24	(214.445)	(422.487)
Fornecedores aquisição de intangível (a)	10/12	(12.344)	2.790
Depreciação usinas de asfalto (b)		(1.239)	(2.345)
Aquisição de imobilizado (a)	9	(1.413)	(468)

(a) Valores pagos/creditados no período referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de imobilizado e intangível do período.

(b) Depreciação de máquinas e equipamentos das usinas de asfalto que produziram CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente para aplicação no intangível.

31. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 8 de agosto de 2025, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP publicou no Diário Oficial do Estado de São Paulo a deliberação ARTESP nº 378 de 7 de agosto de 2025 onde determina que, de acordo com a Cláusula 4.8.1 do Anexo 4 do Contrato de Concessão, a Companhia realize o pagamento no prazo de até 5 dias úteis o montante de R\$ 4.979 decorrente do saldo a pagar do Coeficiente do Serviço Prestado – CSP referente ao período de junho de 2024 a maio de 2025. A Companhia já havia reconhecido este valor no passivo e está demonstrado na nota explicativa 15.

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 12 de agosto de 2025, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.